

**COMPANHIA DE SANEMANTO AMBIENTAL DO
DISTRITO FEDERAL - CAESB**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019**

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Conselheiros e aos Administradores

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB ("Companhia" ou "CAESB") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de opinião, em 26 de março de 2019, com ressalva relacionada à conciliação dos saldos contábeis dos Consórcios Corumbá e Águas Lindas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;


- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 20 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 015827/O-3 - DF

Companhia de
Saneamento
Ambiental do Distrito
Federal - CAESB

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



*Companhia de Saneamento Ambiental
do Distrito Federal - CAESB
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018 (Reclassificado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	311.278	190.866
Contas a receber de clientes	8	386.817	421.121
Estoque	9	31.897	26.211
Tributos a recuperar	10	46.567	3.085
Despesas antecipadas		624	1.011
Outras contas a receber	11	20.939	35.108
Total do ativo circulante		798.122	677.402
Contas a receber de clientes	8	39.717	25.060
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	57.504	130.176
Despesas pagas antecipadamente		252	-
Partes relacionadas	33	69.317	96.119
Ativo financeiro - concessões	14	1.191.932	1.134.357
Outros valores a receber	12	28.473	35.357
Total do realizável a longo prazo		1.387.195	1.421.069
Investimentos	15	19.699	19.478
Intangível	17	1.115.297	988.997
Imobilizado	16	400.546	360.419
Total do ativo não circulante		2.922.737	2.789.963
Total do ativo		3.720.859	3.467.365
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar	19	160.925	145.347
Obrigações fiscais	21	37.418	42.859
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	69.322	67.116
Empréstimos e financiamentos	20	203.072	235.816
Arrendamento mercantil	18	7.680	-
Partes relacionadas	33	11.431	14.243
Benefícios a empregados	23	129.024	136.348
Total do passivo circulante		618.872	641.729
Fornecedores e outras contas a pagar	19	172.625	150.197
Obrigações fiscais	21	-	806
Empréstimos e financiamentos	20	704.029	582.600
Arrendamento mercantil	18	4.434	-
Partes relacionadas	33	30.105	30.461
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	24	290.634	313.962
Benefícios a empregados	23	495.355	503.582
Total do passivo não circulante		1.697.182	1.581.608
Total do passivo		2.316.054	2.223.337
Capital social	25	1.437.924	1.311.953
Adiantamento para futuro aumento de capital	25	115.064	225.361
Ajuste de avaliação patrimonial	25	(45.734)	(41.835)
Prejuízo Acumulado	25	(102.449)	(251.451)
Total do patrimônio líquido		1.404.805	1.244.028
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.720.859	3.467.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018 (Reclassificado)
Receitas Operacional Líquida	26	1.880.476	1.593.384
Custo dos serviços prestados	27	(1.101.808)	(962.639)
Lucro bruto		778.668	630.745
Despesas comerciais e de vendas	28	(194.137)	(151.140)
Despesas administrativas e gerais	29	(285.635)	(250.693)
Despesas tributárias	30	(12.319)	(4.056)
Outras Receitas/Despesas operacionais	31	(110.072)	(399.220)
Participação no resultado de coligadas e controladas		221	3.007
Resultado Operacional		176.726	(171.357)
Receita Financeira	32	105.431	33.167
Despesa Financeira	32	(118.466)	(131.013)
Resultado Financeiro		(13.035)	(97.846)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		163.691	(269.203)
Imposto de renda – corrente	13	-	(4.555)
Contribuição social – corrente	13	(17.900)	(291)
Contribuição social – diferida	13	3.211	26.610
Imposto de renda e contribuição social		(14.689)	21.764
Resultado do exercício		149.002	(247.439)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018
Resultado do exercício		149.002	(247.439)
Outros Resultados Abrangentes		3.899	2.035
Ganhos/Perdas em remensurações de investimentos		-	-
Ganhos/Perdas em remensurações de planos de benefícios definidos		(4.310)	3.083
Efeitos fiscais em planos de benefícios definidos		411	(1.048)
Resultado abrangente do exercício		<u>145.103</u>	<u>(245.404)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a signature below it, and several initials and smaller signatures at the bottom right.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
			Reserva estatutária	Reserva legal				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.094.198	291.858	65.202	14.210	-	-	(43.870)	1.421.598
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(247.439)	-	(247.439)
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva estatutária	-	-	(13.333)	-	-	13.333	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	(14.210)	-	14.210	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	99.389	-	-	-	-	-	99.389
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(31.555)	-	(31.555)
Aumento de capital em 12/12/2018	217.755	(165.886)	(51.869)	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	2.035	2.035
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.311.953	225.361	-	-	-	(251.451)	(41.835)	1.244.028
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	149.002	-	149.002
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	15.674	-	-	-	-	-	15.674
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em 03/12/2019	125.971	(125.971)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(3.899)	(3.899)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.437.924	115.064	-	-	-	(102.449)	(45.734)	1.404.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		149.002	(247.439)
Ajuste por:			
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber de clientes		90.647	42.256
Variações monetárias sobre contas a receber de clientes		-	2
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - outras contas a receber		40	229
Variações monetárias sobre outros valores a receber		908	-
Variações monetárias sobre contas a receber de clientes		(9.770)	(15.611)
Perdas de créditos prescritos		1.973	29
Provisão de atualização Programa de Desligamento Voluntário		1.263	3.468
Provisão Concessão de Serviços		680	450
Resultado da equivalência patrimonial		(221)	(3.007)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(3.211)	(26.610)
Depreciações e amortizações		75.716	71.619
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		808	22
Juros e variações monetárias sobre empreiteiros, fornecedores e outras contas a pagar		1.276	13.853
Juros sobre obrigações fiscais		395	546
Juros e variações monetárias sobre benefícios a empregados		14.847	15.514
Provisão de demandas judiciais		52.940	(34.500)
Provisão de Benefícios Previdenciários		40.123	16.077
Variações monetárias sobre demandas judiciais		1.955	10.746
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos		43.055	43.306
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos		12.641	33.681
Resultado ajustado		475.067	(72.369)
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(61.229)	(56.713)
Estoques	9	(5.686)	(4.495)
Tributos a recuperar	10	(43.482)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(411)	1.048
Outras contas a receber	11	12.157	(13.837)
Despesas antecipadas		135	(47)
Outros valores a receber	12	32.778	(86.405)
Fornecedores e outras contas a pagar	19	32.882	(2.126)
Obrigações fiscais	21	(6.642)	(9.612)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	2.206	-
Benefícios a empregados	23	(75.683)	221.259
Total das variações de ativos e passivos		(112.975)	49.072

Demonstração dos fluxos de caixa (continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		362.092	(23.297)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	20	<u>(38.385)</u>	<u>(42.721)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>323.707</u>	<u>(66.018)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de intangíveis	17	(229.595)	(101.759)
Aquisições de imobilizado	16	<u>(72.860)</u>	<u>(36.274)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos		<u>(302.455)</u>	<u>(138.033)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	20	206.104	254.150
Amortização de empréstimos e financiamentos	20	(122.617)	(101.626)
Adiantamento para futuro aumento de capital	25	<u>15.673</u>	<u>99.389</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>99.160</u>	<u>251.913</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>120.412</u>	<u>47.862</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		190.866	143.004
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>311.278</u>	<u>190.866</u>
Resultado do exercício		<u>120.412</u>	<u>47.862</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, denominada “CAESB” ou “Companhia”, criada em 8 de abril de 1969, é uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, controlada pelo Governo do Distrito Federal, denominado GDF, e tem como objeto social atividades de saneamento, podendo também atuar em outros países e prestar serviços na área de resíduos sólidos.

A partir de 2006, a CAESB passou a ser regulada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Saneamento nº 001/2006, celebrado entre a Companhia e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, denominada ADASA. Esse contrato, com vigência até 21 de maio de 2032, regula a exploração do serviço público de saneamento básico, serviço este constituído pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário objeto da concessão de que é titular a Companhia.

Com a assinatura do Contrato de Concessão e com edição da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Política Nacional de Meio Ambiente e da Lei do Saneamento, houve uma segregação das funções de prestação dos serviços públicos e de gestão dos recursos hídricos, passando esta última competência para a ADASA. Assim, a CAESB passou a ser apenas prestadora dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e principal usuária dos recursos hídricos do DF.

No sentido de adequar-se à Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Companhia já implementou as seguintes ações: (i) Adequação do Estatuto Social para atendimento da lei; (ii) implementação de processo para indicação da estrutura de governança; (iii) criação do Comitê de Auditoria Estatutário; (iv) criação do Comitê de Elegibilidade Estatutário; (v) criação e publicação do Código de Conduta e Integridade; e (vi) criação de programa de treinamento dos administradores, gestores e dos conselheiros fiscais e de administração. Todas essas atividades foram implementadas desde 2017, estando sujeitas a aprimoramento desde então.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Regulatório da ADASA, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Assim, a Companhia optou por apresentar apenas uma versão das demonstrações financeiras, já que a mesma atende às duas finalidades (regulatório e societário).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Administração, representada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as informações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo.
- O passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido, e é limitado conforme explicado na Nota Explicativa nº 4.11.

2.5 Reclassificação

Com a entrada em vigor, em 01 de janeiro de 2019, do Manual de Contabilidade Regulatória da ADASA, a Companhia teve que reclassificar alguns grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, referente ao exercício de 2018, conforme apresentado abaixo:

Balanço Patrimonial

	2018	2018 Reclassificado
Ativo Circulante:		
Tributos a recuperar	-	3.085
Outras contas a receber	38.193	35.108
Ativo Não Circulante		
Partes relacionadas	-	96.119
Ativo financeiro - Concessões	-	1.134.357
Outros valores a receber	131.476	35.357
Intangível	2.123.354	988.997
Passivo Circulante:		
Fornecedores e outras contas a pagar	159.590	145.347
Obrigações fiscais	46.396	42.859
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	67.116
Partes relacionadas	-	14.243
Benefícios a empregados	199.927	136.348
Passivo não circulante:		
Fornecedores e outras contas a pagar	180.658	150.197
Partes relacionadas	-	30.461

Demonstrações de Resultado

	2018	2018 (Reclassificado)
Receita operacional líquida	1.639.384	1.593.384
Custos dos Serviços prestados	(1.020.824)	(962.639)
Despesas administrativas e gerais	(653.519)	(250.693)
Despesas tributárias	-	(4.056)
Outras receitas/despesas operacionais	-	(399.220)
Despesa financeira	(119.278)	(131.013)

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

Exceto pelas alterações trazidas pelo CPC 06 (R2)/ IFRS 16 (Operações de Arrendamento Mercantil), as demais políticas contábeis e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são consistentes com as apresentadas em 31/12/2018.

a. CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil

Este pronunciamento estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que o arrendatário contabilize os arrendamentos reconhecendo um Ativo de Direito de Uso (“Ativo de Arrendamento”) igual a um passivo de Arrendamento, as opções de isenção de reconhecimento são para os arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor (abaixo de cinco mil dólares).

A Companhia aplicou os requisitos do CPC 06 (R2) a partir do exercício social de 2019. A partir dessa análise, com a adoção inicial houve um incremento do ativo, pelo registro do direito de uso dos ativos arrendados e um correspondente aumento no passivo, conforme demonstrado abaixo:

Impacto da adoção inicial

Grupo	Pagamentos futuros de aluguéis fixos	Impacto da taxa de desconto	Direito de uso de uso de ativos arrendados	Passivo de arrendamento
Imobilizado (Veículos)	7.120	(226)	6.894	6.894
Imobilizado (Imóveis)	565	(40)	525	525
Intangível (Faixas de servidão)	7.212	(2.517)	4.695	4.695
Saldo no final do exercício	14.897	(2.783)	12.114	12.114

4 Sumário das práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente com o exercício anterior:

4.1 Receita operacional

a. *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondentes à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

b. *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados

c. *Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa*

A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, considerando os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns.

4.2 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros - Instrumentos financeiros não derivativos*

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os instrumentos financeiros foram mensurados ao valor justo com reconhecimento do resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos financeiros da Companhia foram classificados como custo amortizado.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias. Esses recursos possuem risco insignificante de mudança de valor e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

4.4 Estoques

Os estoques de materiais para consumo e os necessários à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos, são mensurados pelo custo médio ponderado e classificados no ativo circulante. O custo inclui todos os gastos de aquisição e outros, incorridos para colocar os materiais em seu local final de armazenamento e em condição de consumo.

4.5 Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa. Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de exploração e produção, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Nas demonstrações financeiras, apenas as operações em conjunto constituídas por meio de entidade com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), deduzido das perdas estimadas em decorrência de descontinuidade do negócio, caso existam. Para as demais operações em conjunto, a Companhia reconhece seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

4.6 Negócios em conjunto

A Companhia utiliza o método de consolidação proporcional para reconhecimento dos direitos e obrigações referentes aos negócios em conjunto, em razão do compartilhamento do controle pelas consorciadas. Dessa forma, a Companhia registra sua participação proporcional equivalente a 50% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas do Consórcio de Águas Lindas e do Consócio Corumbá, conforme definição de operações em conjunto, estabelecida no Pronunciamento Técnico CPC19 (R2).

4.7 Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado e intangível, nos quais a Companhia fica substancialmente com os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como ativos de diretos de uso e em contrapartida os passivos correspondentes. Os arrendamentos são registrados, no seu início, um ativo (imobilizado ou intangível) e um passivo de financiamento (arrendamento) ajustados a valor presente.

4.8 Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado são os que não possuem vinculação com a concessão de serviço público, sendo compostos pelos bens de uso geral da Companhia. Esses bens estão apresentados pelo custo histórico de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos da respectiva depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. O valor contábil dos bens é baixado antes do final da vida útil quando estes são leiloados, ressarcidos pelos gestores por motivo de extravio e ressarcidos pela seguradora por motivo de roubo. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição e/ou construção até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinadas para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

A depreciação do ativo imobilizado é realizada pelas taxas de vida úteis econômicas que foram calculadas por empresa especializada contratada para tal finalidade, as quais são revisadas anualmente por comissão interna, sendo que a última revisão foi efetuada em 31 de dezembro de 2019. Os terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas e despesas líquidas.

Atualmente, são utilizadas as seguintes taxas de depreciação:

Natureza	Taxa média de depreciação ao ano
Computador, periféricos e outros componentes eletrônicos; equipamento de transporte	20,00%
Equipamento de assistência médica; equipamento de laboratório; equipamento de segurança; equipamentos e implementos agrícolas; equipamento eletromecânico; equipamento de tratamento; ferramenta e ferramental; instrumento de medição e precisão; material cinematográfico; equipamento de automação e telemetria	10,00%
Aparelho de som, áudio e comunicação; aparelho utensílio doméstico e refrigeração; biblioteca e mapoteca; equipamento de desenho; móveis e utensílios de escritório	8,33%
Equipamento de oficina; máquinas, tratores e similares	6,67%
Equipamento de armazenamento de gases; equipamento para armazenamento de líquidos	5,00%
Edificação	1,67%
Terreno	-

4.9 Intangível

O intangível é representado pelos ativos vinculados à concessão, os quais são divididos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os valores desses ativos são representados pelo custo histórico de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, incluindo os juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da respectiva amortização acumulada. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando da sua disponibilização para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e é cessada quando esses ativos tiverem sido totalmente consumidos ou baixados. A amortização dos bens que compõem o ativo intangível foi realizada pelas taxas de vida úteis econômicas calculadas por empresa especializada contratada para tal finalidade, as quais são revistas anualmente por comissão interna, sendo que a última revisão foi efetuada em 31 de dezembro de 2019.

A Lei nº 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente.

Conforme previsão da instrução e pronunciamento ICPC 01 e do CPC 20 (R1), os juros, atualizações monetárias e variações cambiais relacionados a financiamentos utilizados para custear obras relacionadas ao sistema de água e esgoto são diretamente atribuídos ao custo destes, enquanto as obras estiverem em andamento. Essa capitalização é amortizada pelo mesmo prazo de vida útil determinado para o intangível ao qual foi incorporado.

Atualmente, são utilizadas as seguintes taxas de amortização:

Natureza	Taxa média de amortização ao ano
Hidrômetro; instalação; equipamento de automação e telemetria	10,00%
	5,00%

Equipamentos; poço; instalações elétricas	
Lagoa; ligação predial; tomada de água; tubulações em geral	2,00%
Construção civil; barragem	1,67%

Licenças de uso de software

As licenças de uso de *software* são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

4.10 Ativo financeiro – Concessão

O Ativo financeiro é composto pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato e que deverão ser indenizados pelo poder concedente ao término do contrato de concessão. Esses investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

4.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência de perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. A Companhia adota como UGC os sistemas de água e esgoto.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (“Unidade Geradora de Caixa” ou “UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas de forma *pro rata*.

4.12 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente discutida em juízo, como resultado de eventos passados, possuindo uma possibilidade provável de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável, conforme critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

4.13 Benefícios a empregados

a. Plano de previdência privada

(i) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(ii) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e as perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

As obrigações por benefícios definidos foram calculadas por atuário independente, contratado por meio de licitação, utilizando o método de crédito unitário projetado que observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura

cada plano separadamente para constituir a obrigação final. As obrigações previdenciárias líquidas, relacionadas aos planos I e II, estão representadas pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, conforme Nota Explicativa nº 23.2.

b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Correspondem aos salários a pagar e às obrigações e provisões de férias e licença prêmio, conforme Nota Explicativa nº 23.

c. Participação nos resultados

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado de acordo com o regime de competência, sendo essa obrigação advinda de Acordo Coletivo de Trabalho. A PPR considera a distribuição de 30% de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,0 (uma) folha de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira. A distribuição é feita de forma proporcional ao atendimento de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados de empregados, no resultado.

O valor da PPR apurado é distribuído de forma linear para todos os beneficiários em parcela única, em abril do exercício seguinte ao de referência do Programa, conforme nota explicativa 23.

d. Programa de Demissão Voluntária

Os benefícios de término de vínculo empregatício foram reconhecidos como despesa quando a Companhia estava efetivamente comprometida mediante acordo firmado e homologado para rescindir o vínculo empregatício antes da data de aposentadoria normal, mediante a oferta de benefícios visando a estimular a demissão voluntária.

O valor acordado é atualizado anualmente no mês de maio pela variação do INPC acumulado dos últimos 12 meses, publicada pelo IBGE, exceto se a adesão ao programa ocorrer em prazo inferior a 12 meses, não sendo permitida a aplicação de eventuais índices negativos. O saldo devedor também sofre alteração quando do aumento do valor patronal do plano de saúde.

4.14 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência de fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

4.15 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os repasses realizados pelos acionistas vinculados a projetos de investimentos são classificados como adiantamento para futuro aumento de capital, pois não possuem natureza devolutiva e, após a aprovação pelos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária, passam a integrar o capital social.

4.16 Imposto de renda e contribuição social

Em razão do trânsito em julgado de mérito que reconheceu a imunidade tributária, a Companhia não efetua mais apuração de Imposto de Renda, mantendo-se apenas a apuração da Contribuição Social sobre o Lucro, à alíquota de 9%.

Atualmente a Companhia apenas registra a contribuição social corrente e diferida, uma vez que não se verifica mais a expectativa de lucro futuro tributável pelo IRPJ. O cálculo é realizado com base na legislação fiscal vigente à época da apuração. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações da contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às Autoridades Fiscais.

A contribuição social corrente é apresentada líquida no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

4.17 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência dos seguintes tributos e respectivas alíquotas, conforme apresentado:

Tributos	Alíquotas
PIS/PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	0,65%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,0%

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

A demonstração do resultado é apresentada líquida dessas deduções. Esses tributos são apresentados como deduções da receita pelos seus valores brutos.

4.18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são representadas, principalmente, por juros, atualizações monetárias e ganhos cambiais, resultantes de aplicação financeira, contas a receber e valores depositados em juízo.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e perdas cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos e parcelamento de obrigações.

O registro é feito por meio do método de taxa efetiva de juros.

4.19 Moedas e conversão em moeda estrangeira

As operações realizadas em uma moeda diferente da moeda do ambiente econômico em que opera são inicialmente registradas em moeda funcional, à taxa de câmbio na data da transação. Passivos em moeda estrangeira são convertidos à taxa cambial em vigor à data do balanço patrimonial e todas as diferenças cambiais no decorrer do exercício são registradas na demonstração do resultado como variação cambial, salvo as referentes a financiamentos vinculados às obras em andamento, as quais são incorporadas aos valores desses ativos.

5 Principais estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica, incluindo as expectativas dos eventos futuros que são ponderadas de acordo com as circunstâncias. No futuro, os acontecimentos reais podem diferir dessas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais assuntos sujeitos a estimativas e julgamentos estão descritos a seguir:

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 4.5 e 15** - Investimentos
- **Nota Explicativa nº 4.6** - Negócios em conjunto.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - Realização do contas a receber e outros recebíveis.
- **Nota Explicativa nº 4.8, 4.9, 16 e 17** - Vida útil do ativo imobilizado e intangível.
- **Nota Explicativa nº 4.12 e 24** - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.
- **Nota Explicativa nº 4.16 e 13** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

- **Nota Explicativa nº 4.2 e 36** - Instrumentos financeiros.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre a renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019. A Companhia avaliou a adoção da norma e não há efeitos relevantes nas informações contábeis;

- Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio.

Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos;

- CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Em 12/2019 houve alteração no texto da estrutura conceitual. A Companhia avaliou a adoção da norma e não há efeitos nas informações contábeis

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	4	2
Bancos conta movimento (a)	22.822	29.243
Aplicação financeira de liquidez imediata (b)	288.452	161.621
Total	311.278	190.866

(a) Consistem de numerários em poder dos bancos, referentes também a valores de arrecadação, recursos vinculados a obras e aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático, apresentam risco insignificante de mudança de valor e possuem rentabilidade média de 93,6% do CDI (97% do CDI em 2018). A análise de sensibilidade desses ativos é apresentada na Nota Explicativa nº 36 - Gestão de Riscos.

8 Contas a receber de clientes

	2019	2018
Cientes		
Contas a receber de clientes	767.666	658.444
Contas a receber de partes relacionadas (Nota Explicativa 33)	71.105	123.698
Sub-total cotas a receber (a)	838.771	782.142
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(426.125)	(333.550)
	412.646	448.592
Demais contas a receber		
Pagamentos de clientes a identificar (c)	(6.944)	(5.822)
Títulos Precatórios a receber - GDF	14.140	-
Clientes consórcio Águas Lindas (Nota Explicativa 33)	7.167	5.593
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(475)	(2.182)
	13.888	(2.411)
Total	426.534	446.181
Circulante	386.817	421.121
Não circulante	39.717	25.060

(c) Composição das contas a receber bruto de clientes, por faixa de dias vencidos e por categoria de usuários:

	2019	2018
Contas a receber - bruto de clientes - Circulante	811.437	755.752
Contas a receber - bruto de clientes - Não Circulante	27.197	26.390
Total do contas a receber - bruto de clientes	838.634	782.142

Categoria	A faturar	A vencer	Parceladas	< 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	> 365 dias	2019
Residencial	50.996	69.079	76.881	40.309	48.792	43.177	60.242	168.940	558.416
Comercial	18.342	18.607	14.981	10.193	11.983	10.634	15.465	64.136	164.341
Industrial	839	579	404	278	394	323	575	27.849	31.241
Pública	17.282	353	1	5.080	4.895	320	1.475	55.230	84.636
	87.459	88.618	92.267	55.860	66.064	54.454	77.757	316.155	838.634

Os valores registrados no não circulante decorrem de operações de renegociação de dívidas (parcelamentos), com prazo superior a 12 meses; atualmente a norma específica – ND.SCO-008, prevê o parcelamento de débitos em até 47 parcelas, seja em parcelamentos em condições normais de negociação, ou em parcelamentos especiais. Nos casos de parcelamentos especiais podem ser autorizados redução nos juros de mora e/ou redução nos juros de parcelamento para possibilitar uma negociação viável, quando o caso se demonstra complexo pelo volume elevado de débitos ou pela quantidade de contas acumuladas. Todos os parcelamentos executados por meio judicial são com características especiais e em sua maioria superiores a 12 parcelas.

Os programas de negociações realizados pela Companhia (Recred e PND) foram extintos, porém ainda existem parcelas remanescentes devido ao longo prazo do pagamento das negociações.

- (d) A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, considerando:

Os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento etc. Após estudo feito por comissão interna, a Companhia passou a adotar a premissa de não fazer provisão para perdas em relação aos órgãos do GDF, para os créditos não prescritos e que tenha expectativa de recebimento.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2019			2018		
	CAESB	Consórcio	Total	CAESB	Consórcio	Total
Saldo no início do exercício	333.686	2.182	335.868	288.431	3.524	291.955
Adição	293.659	621	294.280	252.581	1.184	253.765
Reversão/baixa	(201.220)	(2.328)	(203.548)	(207.326)	(2.526)	(209.852)
Saldo no final do exercício	426.125	475	426.600	333.686	2.182	335.868

- (e) A rubrica “Pagamentos de clientes a identificar” é apresentada como conta redutora do ativo, uma vez que a sua natureza decorre dos valores de arrecadações recebidas, mas com diferenças a maior, a menor ou em duplicidade.

9 Estoque

Os estoques de materiais são destinados ao consumo. O estoque está demonstrado pelo custo médio de aquisição, conforme apresentado abaixo:

	2019	2018
Material de operação, manutenção e obras	31.752	26.063
Materiais administrativos	145	148
Total	31.897	26.211

A movimentação dos estoques nos exercícios de 2019 e 2018 foi a seguinte:

	2019	2018
Estoque inicial	26.211	21.716
(+) Aquisições	62.031	48.041
(-) Requisições líquidas	(56.345)	(43.546)
Estoque final	31.897	26.211

10 Tributos a recuperar

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de valores retidos pelos órgãos públicos, de valores pagos a maior (que poderão ser compensados em apurações futuras) e créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS anteriores à alteração de regime.

Em 31 de dezembro de 2019 a composição dos créditos a recuperar era a seguinte:

	2019	2018 (Reclassificado)
Imposto de Renda e Contribuição Social	300	275
PASEP/COFINS	-	955
ISS e ICMS	1	1
INSS	353	353
Tributos Federais – PERDCOMP	45.913	1.501
Total	46.567	3.085

11 Outras contas a receber

	2019	2018 (Reclassificado)
Antecipações e pagamentos reembolsáveis a empregados (a)	19.401	31.794
Pessoal cedido a receber (b)	1.486	1.107
Créditos diversos (c)	52	2.207
Total	20.939	35.108

(f) Referem-se aos adiantamentos a empregados referentes a férias, débitos de ex-funcionários, insuficiências de saldo, direito de desconto referente à greve de 2016, fundos rotativos e outros.

(g) Refere-se aos valores a receber de pessoal cedido cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.

- (h) Valores a receber de empregados e empresas originários de acordos e/ou processos judiciais, benefícios do INSS e tarifas bancárias a serem restituídas.

12 Outros valores a receber

	2019	2018 (Reclassificado)
Aplicações financeiras (a)	15.754	15.995
Derivativos - <i>Swap</i> (b)	-	284
Depósitos e bloqueios judiciais (c)	12.719	19.078
Total	28.473	35.357

- (a) As aplicações financeiras referem-se às cauções contratuais de fornecedores, que estão aplicadas em poupança, e valores em garantia dos contratos com a Caixa Econômica Federal.
- (b) A Companhia possuía operação de *swap* com o Banco Santander vinculado à Cédula de Crédito. Devido às projeções de realização do *swap*, os valores foram sendo lançados em conta de ativo financeiro - derivativos. Em 2019 houve a finalização do contrato
- (c) Os depósitos e as transferências judiciais referem-se aos valores depositados em juízo ou bloqueados e transferidos à disposição da justiça, os quais são atualizados monetariamente e para os quais ainda não houve levantamento pela Companhia ou pela parte contrária na ação judicial.

A movimentação dos depósitos judiciais nos exercícios de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	2019			2018		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Saldo no início do exercício	1.024	18.054	19.078	5.318	21.563	26.881
Novos depósitos e bloqueios judiciais	3.615	5.365	8.980	7.781	3.670	11.451
Reversão (Levantamento de Alvará)	(67)	(1.848)	(1.915)	(1.063)	(4.983)	(6.046)
Alvarás a identificar	-	(31)	(31)	-	1.504	1.504
Atualização monetária	13	896	909	863	852	1.715
Compensação com demandas judiciais	(4.417)	(9.885)	(14.302)	(11.988)	(4.552)	(16.540)
Depósitos - Consórcio Águas Lindas	-	-	-	113	-	113
Saldo no final do exercício	168	12.551	12.719	1.024	18.054	19.078

13 Imposto de renda e contribuição social - Diferidos e correntes

A Companhia possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, cuja composição e natureza são demonstradas a seguir:

	2019	2018	Variação no resultado do exercício	Variação no patrimônio líquido
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa de clientes	7.127	12.086	(4.959)	-
Provisão para demandas judiciais	25.412	79.211	(53.799)	-
Prejuízo fiscal/base negativa	745	103.609	(26.596)	(76.268)
Déficit atuarial - CPC 33	12.720	32.950	(20.615)	385
Outros	18.318	5.969	12.349	-
Baixa - Imposto de renda diferido	-	(83.908)	83.908	-
Total do ativo diferido	64.322	149.917	(9.712)	(75.883)
Diferenças temporárias sobre depreciação/amortização	(6.818)	(19.741)	12.923	-
Total do passivo diferido	(6.818)	(19.741)	12.923	-
Total do ativo diferido líquido	57.504	130.176	3.211	(75.883)

	2018	2017	Variação no resultado do período	Variação no patrimônio líquido
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa de clientes	12.086	10.281	37.660	-
Provisão para demandas judiciais	79.211	93.952	(14.741)	-
Prejuízo fiscal/base negativa	103.609	4.301	65.216	-
Déficit atuarial - CPC 33	32.950	28.531	5.467	(1.048)
Outros	5.969	2.853	3.116	-
Baixa - Imposto de renda diferido	(83.908)	(20.369)	(64.835)	-
Total do ativo diferido	149.917	119.549	31.883	(1.048)
Diferenças temporárias sobre depreciação/amortização	(19.741)	(14.936)	(4.805)	-
Total do passivo diferido	(19.741)	(14.936)	(4.805)	-
Total do ativo diferido líquido	130.176	104.613	27.078	(1.048)

A Companhia obteve sentença favorável no processo judicial em que debatia a imunidade tributária, havendo o trânsito em julgado do mérito, conforme pronunciamento da Procuradoria Jurídica da CAESB. Dessa forma, considerado que não mais haverá expectativa de lucros futuros tributáveis pelo IRPJ, procedemos à baixa do ativo e passivo fiscais diferidos referentes ao IRPJ, motivo pelo qual houve uma grande variação dos valores.

Os valores registrados como despesas de contribuição social foram apurados de acordo com a legislação vigente, conforme demonstramos abaixo:

Contribuição social

	2019	2018
Lucro antes dos impostos	163.691	(269.203)
Alíquota nominal	9%	9%
Despesa esperada a taxa nominal	(14.732)	24.228
Diferenças permanentes	(2.654)	34.206
Compensação base negativa de contribuição social	(85.236)	(1.342)
Base de cálculo	75.801	(236.340)
Contribuição social - 9%	(6.822)	21.271
Contribuição social sobre diferenças temporárias	(11.077)	2.336
Contribuição social corrente	(17.900)	23.608

14 Ativo Financeiro – Concessões

O Ativo financeiro é composto pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato e que deverão ser indenizados pelo poder concedente ao término do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2019 a composição dos ativos financeiros de concessões era a seguinte:

d. Composição

	2019	2018
Ativos financeiros indenizáveis		
- Sistema de Abastecimento de Água	491.309	491.312
- Sistema de Esgotamento Sanitário	700.623	643.045
Total	1.191.932	1.134.357

e. Movimentação

Natureza	Saldo em 2018	Transferências	Saldo em 2019
Ativos financeiros indenizáveis			
- Sistemas de abastecimento de água	491.312	(3)	491.309
- Sistemas de esgotamento sanitário	643.045	57.578	700.623
Total	1.134.357	57.575	1.191.932

15 Investimentos

2019

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	6,1364%	320.804	126.514	19.686	222
Companhia do Metropolitan do Distrito Federal	0,0007%	1.951.743	(111.628)	13	(1)
				<u>19.699</u>	<u>221</u>

2018

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício Coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	10,0183%	194.290	30.019	19.464	3.007
Companhia do Metropolitan do Distrito Federal	0,0007%	2.063.371	(15.934)	14	-
				<u>19.478</u>	<u>3.007</u>

16 Imobilizado

a. Composição

Natureza	2019			2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Terrenos	34.731	-	34.731	41.266	-	41.266
Edificações	58.102	(21.487)	36.615	56.547	(20.742)	35.805
Instalações	7.517	(4.699)	2.818	4.541	(4.479)	62
Computadores e periféricos	24.702	(17.362)	7.340	26.481	(17.513)	8.968
Móveis e utensílios de escritório	13.573	(9.532)	4.041	12.820	(9.313)	3.507
Máquinas e equipamentos	32.547	(8.988)	23.559	13.825	(8.339)	5.486
Veículos	15.348	(9.697)	5.651	14.844	(8.803)	6.041
Aparelhos de som/áudio/comunicação	2.736	(2.328)	408	3.130	(2.604)	526
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	3.378	(2.512)	866	3.327	(2.519)	808
Instrumentos de medição e precisão	18.840	(8.990)	9.850	18.085	(8.759)	9.326
Projetos e obras em andamento	267.173	-	267.173	248.527	-	248.527
Ativos de direito de uso	18.156	(10.738)	7.418	-	-	-
Outros	312	(236)	76	347	(250)	97
Total	497.115	(96.569)	400.546	443.740	(83.321)	360.419

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2018	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2019
Terrenos	41.266	14	-	(6.549)	-	34.731
Edificações	35.805	-	-	1.557	(747)	36.615
Instalações	62	200	-	2.697	(141)	2.818
Computadores e periféricos	8.968	1.014	(5)	204	(2.841)	7.340
Móveis e utensílios de escritório	3.507	1.065	(26)	(21)	(484)	4.041
Máquinas e equipamentos	5.486	8.001	(37)	11.063	(954)	23.559
Veículos	6.041	291	-	455	(1.136)	5.651
Aparelhos de som/áudio/comunicação	526	2	(42)	2	(80)	408
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	808	165	(9)	5	(103)	866
Instrumentos de medição e precisão	9.326	1.136	(219)	1.006	(1.399)	9.850
Projetos e obras em andamento	248.527	42.813	-	(24.167)	-	267.173
Ativos de direito de uso	-	18.156	-	-	(10.738)	7.418
Outros	97	1	(1)	-	(21)	76
Total	360.419	72.858	(339)	(13.748)	(18.644)	400.546

**Companhia de Saneamento Ambiental
do Distrito Federal - CAESB**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

Natureza	Saldo em 2017	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2018
Terrenos	41.266	-	-	-	-	41.266
Edificações	36.708	-	-	-	(903)	35.805
Instalações	156	-	-	-	(94)	62
Computadores e periféricos	10.814	151	-	881	(2.878)	8.968
Móveis e utensílios de escritório	3.531	329	-	117	(470)	3.507
Máquinas e equipamentos	20.128	5.242	1	(16.717)	(3.168)	5.486
Veículos	5.047	2.247	-	-	(1.253)	6.041
Aparelhos de som/áudio/comunicação	539	78	1	-	(92)	526
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	912	2	-	-	(106)	808
Instrumentos de medição e precisão	6.059	4.275	-	113	(1.121)	9.326
Projetos e obras em andamento	232.669	23.940	-	(8.082)	-	248.527
Outros	108	10	-	-	(21)	97
Total	357.937	36.274	2	(23.688)	(10.106)	360.419

17 Intangível

a. Composição

Natureza	2019			2018		
	Custo	Amortização acumulada	Total líquido	Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	930.074	(469.158)	460.916	760.342	(440.081)	320.261
- Sistemas de esgotamento sanitário	569.992	(423.105)	146.887	667.152	(402.177)	264.975
- Equipamentos operacionais	34.252	(18.493)	15.759	34.620	(17.204)	17.416
Em andamento						
- Obras no sistema de abastecimento de água	248.166	-	248.166	196.673	-	196.673
- Obras no sistema de esgotamento sanitário	231.144	-	231.144	187.916	-	187.916
- Bens de uso geral	-	-	-	573	-	573
Ativos de Arrendamento	5.311	(616)	4.695	-	-	-
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	9.562	(1.832)	7.730	1.971	(788)	1.183
Total	2.028.501	(913.204)	1.115.297	1.879.247	(860.250)	988.997

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2018	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Amortização	Saldo em 2019
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	408.394	375	(487)	85.119	(32.485)	460.916
- Sistemas de esgotamento sanitário	176.842	626	(98)	(8.233)	(22.250)	146.887
- Equipamentos operacionais	17.416	1.278	(41)	(444)	(2.450)	15.759
Em andamento						
- Obras no sistema de abastecimento de água	196.673	134.317	-	(82.824)	-	248.166
- Obras no sistema de esgotamento sanitário	187.916	87.151	-	(43.923)	-	231.144
- Bens de uso geral	573	(573)	-	-	-	-
Ativos de Arrendamento	-	5.311	-	-	(616)	4.695
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	1.183	1.112	-	6.479	(1.044)	7.730
Total	988.997	229.597	(626)	(43.826)	(58.845)	1.115.297

- (i) As transferências foram realizadas internamente no próprio grupo e parte para os ativos imobilizado e financeiro (vide Notas Explicativas nº 14 e 16).

**Companhia de Saneamento Ambiental
do Distrito Federal - CAESB**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Natureza	Saldo em 2017	Adições	Baixas e alienações	Transferências (a)	Amortização	Saldo em 2018
Ativos financeiros indenizáveis (a)						
- Sistemas de abastecimento de água	486.800			4.512		491.312
- Sistemas de esgotamento sanitário	604.853			38.192		643.045
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	437.364	(8.918)	-	13.866	(33.918)	408.394
- Sistemas de esgotamento sanitário	207.528	(18.544)	(20)	15.080	(27.202)	176.842
- Equipamentos operacionais	-	-	-	17.416	-	17.416
Em andamento (b)						
- Obras no sistema de abastecimento de água	125.316	79.265	-	(7.908)	-	196.673
- Obras no sistema de esgotamento sanitário	193.551	46.132	-	(51.767)	-	187.916
- Bens de uso geral	2.452	3.824	-	(5.703)	-	573
Sistemas, aplicativos e softwares	1.577	-	-	-	(394)	1.183
Total	2.059.441	101.759	(20)	23.688	(61.514)	2.123.354

- (a) Os valores demonstrados como ativo financeiro foram transferidos para o grupo específico "ativo financeiro – concessões" (nota explicativa nº 14).
- (b) O saldo de obras em andamento é composto por contratos de obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Coleta e Tratamento de Esgotos e Automação das Unidades Operacionais em todo o Distrito Federal e Entorno.

Em 2019, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os recursos de terceiros, no montante de R\$ 4.841 (R\$ 4.690 em 2018).

18 Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir do exercício de 2019 e identificou a presença de arrendamento nos contratos de locação de veículos, imóveis e faixas de servidão, nos quais o controle de uso do ativo está em poder da arrendatária.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, ajustados a valor presente, utilizando-se a taxa da última captação realizada pela Companhia. As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa nº 20.5.

O prazo do arrendamento foi definido com observância aos normativos internos e à legislação aplicável às licitações e contratos. Assim, em que pese o fato de os contratos não possuírem prorrogação automática, o prazo do arrendamento tomou por base a intenção da companhia em manter o contrato mediante a realização de aditivos, sempre limitado ao prazo máximo legal de 60 meses.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Descrição	2019		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido
Veículos	17.270	(10.377)	6.893
Imóveis	886	(361)	525
Faixas de Servidão	5.311	(615)	4.696
Total Arrendamento Mercantil – Direito de Uso	23.467	(11.353)	12.114
Imobilizado	18.156	(10.738)	7.418
Intangível	5.311	(615)	4.696

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	2019	2018 (Reclassificado)
Fornecedores de Bens e Materiais	11.095	13.824
Prestadores de Serviço	62.575	61.878
Empreiteiros	24.655	17.446
Cauções/Retenções Contratuais	3.310	3.098
Consignações a recolher	7.026	7.547
Obrigações com clientes (a)	15.562	15.180
Obrigações Judiciais	30.996	21.348
Provisão TFS e TFU	5.706	5.026
Circulante	160.925	145.347
Obrigações especiais (b)	172.625	150.197
Não circulante	172.625	150.197
Total	333.550	295.544

- (a) As obrigações com clientes referem-se ao incentivo à redução do consumo de água no Distrito Federal instituído pela Lei nº 4.341, de 22 de junho de 2009. Segundo a referida lei, todos os titulares de unidades consumidoras de água, residencial, comercial ou industrial, que reduzirem o consumo de água, terão direito a um bônus desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia realizada. Essa lei foi disciplinada pela Resolução nº 6, de 5 de julho de 2010 da ADASA. A rubrica também é composta de antecipações e restituições de faturamento.
- (b) A Companhia reconhece nessa rubrica os recursos recebidos a título de repasses da União no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), após pacificação do entendimento, como obrigações Especiais, bem como os valores da tarifa de contingência que ainda não estão vinculados a custos operacionais adicionais eficientes. Essa forma de contabilização visa a atender as necessidades regulatórias da ADASA e dar transparência ao processo. Somente foram considerados como custos adicionais eficientes os valores previamente autorizados em resolução específica.

20 Empréstimos e financiamentos

Entidade/Instituição	2019	2018
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (Nota Explicativa 33)	80.324	73.963
Banco do Brasil S.A. (Nota Explicativa 20.1)	32.533	94.008
Banco Caixa Econômica Federal S.A. (Nota Explicativa 20.2)	36.931	35.906
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 20.3)	46.779	19.951
Banco Santander S.A. (Nota Explicativa 20.4)	-	6.555
Banco ABC Brasil S.A. (Nota Explicativa 20.5)	6.505	5.433
Circulante	203.072	235.816
Banco do Brasil S.A. (Nota Explicativa 20.1)	24.840	-
Banco Caixa Econômica Federal S.A. (Nota Explicativa 20.2)	144.089	174.602
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 20.3)	527.532	393.404
Banco ABC Brasil S.A. (Nota Explicativa 20.5)	7.568	14.594
Não circulante	704.029	582.600
Total	907.101	818.416

Movimentação dos empréstimos e financiamentos referentes ao exercício de 2019 e 2018:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	818.416	631.345
(+) Liberações	193.990	254.150
(+) Juros e encargos	43.056	43.589
(+) Variações monetárias e cambiais	12.641	33.680
(-) Juros, variações e encargos pagos	(38.385)	(42.721)
(-) Amortizações	(122.617)	(101.627)
Saldo no final do exercício	907.101	818.416

Os índices de indexação, a taxa de juros e o prazo de vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos estão evidenciados no quadro abaixo, em 31 de dezembro de 2019:

	Qtde. Contrato	Indexador	Taxa nominal % a.a.	Garantia	Ano do vencimento
Banco do Brasil (capital de giro)	03	CDI	1,8% a 3,22%	Recursos próprios	2021
Banco do Brasil (conta garantida)	01	CDI	7,31%	Recursos próprios	Prorrogável
Banco do Brasil (investimento)	02	-	5,5% e 11,76%	Recursos próprios	2032
Caixa Econômica Federal	21	TR	6% a 12%	Recursos próprios	2035
BID	02	Dólar Americano	3,42 a 4,16%	Fiança	2039
Banco ABC Brasil S.A.	01	CDI	2,10%	Recursos próprios	2022

Demonstramos por faixa de vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	2019	2018
2019	-	247.085
2020 (a)	202.201	78.339
2021	100.329	70.790
2022	70.895	58.009
2023	64.595	52.166
2024 em diante	469.081	312.027
Total	907.101	818.416

(a) No montante referente ao exercício de 2020 consta no final do exercício o valor de 80.324 (73.963 em 2019), referente ao financiamento devido e vencido à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF, que apesar de estar classificado como dívida vencida, há previsão de compensação com contas de água e esgotos a receber do GDF, conforme previsto no Contrato 001/2001-SO/SEFP/DF, sem data pré-determinada para realização.

20.1 Banco do Brasil (BB)

(iii) Principais eventos

Em 31 de dezembro de 2019, estão registrados seis contratos que abrangem financiamentos de equipamentos, abertura de crédito (capitais de giro) e conta garantida.

Os empréstimos são garantidos por penhor cedular, duplicatas físicas mercantis e/ou prestação de serviços, provenientes das faturas dos serviços de abastecimento de água, esgoto e prestação de outros serviços vencíveis a prazo de até 180 dias, aqui consideradas, para todos os efeitos legais, bens fungíveis, transferidas ao Banco do Brasil S.A., de forma que o lastro total constituído oscila de, no mínimo, 10% a 30% e a Conta Garantida em 100% do saldo devedor atualizado da dívida.

(iv) **Conta garantida**

Destinada à eventual utilização, até o limite de R\$ 44.000, para reforço ou provisão de fundos da Companhia, prorrogado automaticamente por períodos de 90 dias.
Em janeiro de 2019 a Caesb captou R\$ 10.000 para reforço de caixa. Em março de 2019 houve a quitação integral do saldo devedor.
Em 31 de dezembro de 2019 a Caesb não possui débitos vinculados à Conta Garantida.

(v) **Covenants**

Para o Contrato nº 40.01029-5 consta cláusula de obrigação especial quanto à manutenção da relação de Dívida Líquida/Ebitda (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) em patamar menor a 3,0 vezes, e para os Contratos nº 330.700.953, nº 330.700.965 e nº 40.01272-7 manutenção da relação Dívida Líquida/Ebitda em patamar menor ou igual a 3,5 vezes, e Ebitda/Resultado Financeiro em patamar maior ou igual a 2,5 vezes por todo o período de vigência destes, a ser calculada anualmente com base nos demonstrativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu os índices definidos nos contratos.

(vi) **Cross default**

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

20.2 Caixa Econômica Federal (CEF)

(i) **Principais eventos**

Estão registrados diversos contratos de financiamento, com recursos oriundos do FGTS, destinados à implantação, à ampliação e/ou à melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal.

A Companhia, adicionalmente, deverá manter para alguns contratos específicos à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta garantia, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 12.103 (R\$ 11.060 em 31 de dezembro de 2018), sendo este corrigido pela variação da poupança.

(ii) **Cross default**

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

20.3 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

(i) **Principais eventos**

Em 31 de dezembro de 2019, estão registrados dois contratos de financiamentos.

a. **Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (GDF x BID) intermediado pelo GDF por meio do Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF (GDF x CAESB).**

Em 29 de outubro de 2001, a CAESB firmou com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, o Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF, referente à execução do Subprograma "Aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgotos", integrante do Programa de Saneamento Básico do DF, financiado em parte pelo BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, firmado em 11 de junho de 2001 entre o GDF e o BID.

O Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR possui a República Federativa do Brasil como fiadora da operação de crédito externa.

O período de carência do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR é de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, e o vencimento da primeira ocorreu em dezembro de 2006 e a última será em junho de 2026.

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF estabelece a transferência de recursos financeiros entre a Coexecutora (CAESB) e a Executora (Governo do Distrito Federal).

As prerrogativas e os deveres estabelecidos no Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF englobam desde a liberação de valores correspondentes às etapas já executadas e atestadas pelo GDF, até os ressarcimentos das parcelas do serviço da dívida (incluindo principal, juros e outros encargos), de responsabilidade da CAESB, provenientes do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

O ressarcimento financeiro é feito na proporção equivalente às parcelas liberadas pelo BID e transferidas pela Executora (Governo do Distrito Federal) à Coexecutora (CAESB), acrescido na mesma proporcionalidade das parcelas que vierem a ser incorporadas pelo BID ao saldo devedor do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

Os riscos cambiais da operação são compartilhados pelo Governo do Distrito Federal e pela CAESB na proporção equivalente às liberações dos recursos à conta do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, quando do pagamento das despesas com os serviços da dívida do referido contrato de empréstimo (ressarcimento).

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF determina à CAESB, quando do ressarcimento ao Distrito Federal de suas parcelas de responsabilidade do serviço da dívida do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (incluindo principal, juros e outros encargos), identificar os valores de seus créditos relativos a contas de água e esgoto de Órgãos da Administração Direta e Fundacional do Distrito Federal, para efeitos de compensação, não podendo ficar a descoberto saldo a ser ressarcido.

As tratativas quanto à compensação supracitada se encontram em fase de negociação entre a CAESB e o GDF.

Em 31 de dezembro de 2019, totaliza no passivo o valor de R\$ 183.512, deste montante R\$ 103.188 referem-se à dívida com o BID, sendo registrados no circulante R\$ 16.111 e no não circulante R\$ 87.077. Do total desse passivo, R\$ 80.324 referem-se à dívida com o GDF, em razão da não realização da compensação de valor entre o GDF e a CAESB, valor este registrado no circulante.

b. Contrato nº 3168/OC - BR

Empréstimo contraído em 2014 com o BID, que consiste em reduzir a sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes no Distrito Federal, por meio da melhoria e expansão da rede de água potável e de esgoto sanitário a condomínios e regiões periféricas e do fortalecimento da gestão da Companhia.

O período de carência será de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira em dezembro de 2019 e a última em junho de 2039. A operação de crédito externa possui como fiadora a República Federativa do Brasil e como garantidor o Distrito Federal.

Em 31 de dezembro de 2019, totaliza no passivo o valor de R\$ 471.123, sendo registrados no circulante R\$ 30.668 e no não circulante R\$ 440.455.

(ii) **Cross default**

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

20.4 Banco ABC Brasil S.A.

(i) **Principais eventos**

A Companhia captou em 30 de agosto de 2018 uma nova operação de crédito (modalidade capital de giro), no valor de R\$ 20.000, com o Banco ABC Brasil S.A. Os juros remuneratórios correspondem a 100% do CDI Over DI - CETIP, capitalizados diariamente, acrescidos de taxa de 2,10% a.a., calculada de forma exponencial *pro rata temporis*. O prazo de vencimento é 22 de fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2019, totaliza no passivo o valor de R\$ 14.072, sendo registrados no circulante R\$ 6.505 e no não circulante R\$ 7.567.

(ii) **Cross default**

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira somente para caso de inadimplemento, falência, protestos e alteração de objeto social. Os indicadores são constantemente monitorados, a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

20.5 Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2019 o valor presente das obrigações financeiras futura mínimas referente ao Arrendamento Mercantil está demonstrado abaixo:

Descrição	2019	
	Pagamentos futuros mínimos	Encargos financeiros
Veículos	7.120	(227)
Imóveis	565	(40)
Faixas de Servidão	7.212	(2.516)
Total	14.897	(2.783)
Circulante	8.104	(423)
Não Circulante	6.793	(2.360)

21 Obrigações fiscais

Descrição	2019	2018 (Reclassificado)
PASEP a recolher	951	1.712
COFINS a recolher	4.388	7.915
CSLL a recolher	6.439	-
INSS a recolher	12.090	13.211
Imposto de Renda Retido na Fonte	9.625	9.448
Substituição tributária COFINS/CSLL/PASEP	1.160	1.109
Impostos estaduais e municipais	1.925	2.507
Tributo parcelado (a)	840	6.957
Circulante	37.418	42.859
Tributo parcelado (a)	-	806
Não circulante	-	806

- (a) Refere-se a um parcelamento com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e um parcelamento ordinário com a Receita Federal do Brasil, atinentes a débitos dos exercícios de 2010 a 2013. Em 31 de dezembro de 2019, restam 1 parcela no valor de R\$ 526 e 4 parcelas no valor de R\$ 79, referentes aos dois parcelamentos.

22 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2019	2018 (Reclassificado)
Ordenados e salários a pagar	260	420
Encargos sociais e previdenciários	3.592	3.537
Outras obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.047	-
Provisão de pessoal	46.477	45.398
Obrigações sociais sobre provisão	17.946	17.761
Total	69.322	67.116

23 Benefícios a empregados

	2019	2018 (Reclassificado)
Participação nos Resultados e Indenizações Vitalícias	19.130	259
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 23.2)	14.801	14.100
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 23.3)	2.862	2.878
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 23.4)	92.231	119.111
Circulante	129.024	136.348
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 23.2)	287.699	249.769
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 23.3)	1.027	621
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 23.4)	205.327	251.991
Indenizações Vitalícias	1.302	1.201
Não circulante	495.355	503.582
Total	624.379	639.930

23.1 Programa de Participação nos Resultados (PPR)

De acordo com o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, o valor do Programa de Participação nos Resultados é estipulado considerando a distribuição de 30% (trinta por cento) de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,0 (uma) folha de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira, mediante o estabelecimento de metas (globais e setoriais).

Conforme previsto no ACT vigente, o valor da PPR é distribuído de forma linear para todos os beneficiários, em parcela única, no mês de abril do exercício seguinte ao de referência do programa. O valor passível de distribuição referente ao exercício de 2019 foi de R\$ 18.8 milhões.

23.2 Benefícios previdenciários

A Fundiágua - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída e patrocinada pela CAESB e pela própria Fundiágua, classificada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins

lucrativos, que tem por objetivo principal criar, executar e operar planos de benefícios previdenciários e assistenciais.

A Fundiágua é responsável pela administração de três Planos Previdenciários:

23.2.1 Plano I - Benefício Definido (BD)

Nesse Plano, o valor do benefício a ser concedido ao participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos 36 últimos Salários de Contribuição (corrigidos mensalmente pelo INPC) menos o valor atribuído ao benefício do INSS. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia até 1º de abril de 1994, identificando uma população fechada (56 participantes). Este plano está em extinção.

23.2.2 Plano II - Benefício Saldado (BS)

Consiste num Plano de Benefício Definido, não contributivo, resultante da opção de transferência de participantes do Plano I para este Plano Saldado, com a garantia de recebimento futuro, quando de suas aposentadorias, dos benefícios anteriormente contratados, proporcionais ao tempo decorrido até então. Esses benefícios foram devidamente valorizados e as respectivas reservas transformadas em poupanças pessoais, garantidas, na parte ainda não integralizada, por um contrato de cobertura financeira entre a Patrocinadora e a administradora do programa.

Em obediência à legislação previdenciária foi aprovado plano de equacionamento para o déficit técnico apurado, assim, este plano estará recebendo contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes, a partir de fevereiro de 2017. Este plano está fechado para novas inscrições.

23.2.3 Plano III - Benefício Misto (BM)

O Plano III da Fundiágua está na modalidade de contribuição definida durante a fase de capitalização. Os benefícios são concedidos em função da poupança acumulada em nome de cada participante, incluindo as contribuições normais vertidas por estes e pela Patrocinadora, em igualdade de aportes. Uma vez concedido, o benefício torna-se uma renda vitalícia em que os riscos, relativamente às probabilidades de sobrevivência e mortes consideradas, são assumidos mutuamente.

Devido à flexibilidade contributiva do Plano III, o participante poderá escolher o percentual de contribuição. A participação da Companhia é paritária às contribuições mensais do participante até o teto estipulado que é anualmente revisado. Atualmente, apenas o Plano III está aberto à entrada de novos participantes.

23.2.4 Avaliação atuarial

Nesta Nota Explicativa são demonstrados o passivo e as despesas relacionadas aos Planos de Benefícios aos empregados: previdenciários e assistenciais; de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com o laudo preparado por um atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia possui uma dívida contratada previamente com a Fundiágua, por meio do contrato nº 6.937/06, que se refere ao déficit atuarial da Avaliação de 31 de dezembro de 2004 dos planos I e II. O montante inicial apurado foi de R\$ 121.252 a ser amortizado pelo Sistema Price, em 360 prestações mensais e sucessivas. Sobre o saldo devedor há incidência de juros reais equivalentes a 6% (seis por cento) a.a., reajustados mensalmente pela variação do INPC/IBGE do mês anterior ao vencimento da prestação.

Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2019 e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

Evolução da obrigação atuarial

	Plano I	Plano II	Seguro
Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2018	28.658	653.391	621
Custo dos juros	2.506	64.002	-
Custo do serviço corrente	(4)	-	-
Benefícios pagos pelo fundo	(1.968)	(46.965)	-
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	1.544	46.629	406
Valor presente da obrigação em 31/12/2019	<u>30.736</u>	<u>717.057</u>	<u>1.027</u>

Evolução dos direitos dos planos

	Plano I	Plano II	Seguro
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2018	20.308	304.100	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	1.834	(219)	-
Contribuições	737	29.092	-
Benefícios pagos pelo fundo	(1.968)	(46.965)	-
Ganhos/(perdas) atuariais sobre os ativos do plano	<u>(1.765)</u>	<u>2.059</u>	<u>-</u>
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019	<u>19.146</u>	<u>288.067</u>	<u>-</u>
Obrigações Liquidas em 31/12/2019	<u>(11.590)</u>	<u>(428.990)</u>	<u>(1.027)</u>
Dívida Contratada	<u>4.339</u>	<u>155.660</u>	<u>-</u>
Parcela dos participantes	<u>3.626</u>	<u>136.665</u>	<u>-</u>
Obrigações remanescentes 31/12/2019	<u>(3.625)</u>	<u>(136.665)</u>	<u>(1.027)</u>

As obrigações estão demonstradas a seguir

	2019	2018
Parcela contributiva mensal	2.211	2.517
Dívida contratada	<u>12.590</u>	<u>11.583</u>
Circulante	14.801	14.100
Plano I - BD	3.626	1.937
Plano II - BS	136.665	94.353
Dívida contratada	<u>147.408</u>	<u>153.479</u>
Não circulante	287.699	249.769
Total dos benefícios previdenciários	<u>302.500</u>	<u>263.869</u>

23.3 Benefícios assistenciais

23.3.1 Fundação de Previdência - Fundiágua

Na área assistencial, a Fundiágua é responsável pela gestão dos planos odontológicos, do programa saúde e do programa farmácia, todos de adesão facultativa.

Com relação ao Plano de Saúde, a Fundiágua oferece alguns tipos de Planos Médico/Hospitalar, de forma contributiva com participação do participante e da Companhia, o participante tem a opção escolher um Plano Quarto Individual com acomodação em quarto privativo ou Enfermaria em Quarto Coletivo. Destacamos que os planos possuem Redes Credenciadas diferentes, mas possuem as mesmas Coberturas.

Além do valor mensal, definido pela aplicação da tabela de manutenção mensal, conforme faixa etária do titular e seus dependentes, serão cobradas, quando da utilização do plano, 20% de coparticipação (fator moderador) para os eventos de consultas e exames de baixa complexidade. Quanto aos exames de alta complexidade e internação (superior a 12 horas), estes são isentos de qualquer cobrança de utilização. O superávit apresentado para o Plano de Saúde está discriminado abaixo. Por se tratar de ativo contingente, o referido valor não foi registrado.

	2019	2018
Alterações nas obrigações		
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	8.304	7.085
Custo dos juros	-	704
Benefícios pagos adiantados	-	(1.417)
(Ganhos) ou perdas atuariais	(2.418)	1.932
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	5.886	8.304
Alterações nos ativos financeiros		
Valor justo dos ativos no início do exercício	13.422	5.388
Retorno dos investimentos	509	669
Ganhos ou (perdas) atuariais	1.801	(56)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	15.732	6.001
Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício	<u>9.846</u>	<u>(2.303)</u>

23.3.2 Clube Social CAESB - CAESO

Na área assistencial, o CAESO é responsável pela gestão do Seguro de Vida, de adesão facultativa.

Quanto ao seguro de vida em grupo, a CAESB mantém apólices de seguro de vida em grupo para empregados em atividade e estende a possibilidade de adesão aos aposentados. Mesmo arcando com a totalidade dos prêmios, há a identificação de passivo pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizando para ambas as massas populacionais, ativos e aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é maior que o da massa ativa, ocorre a transferência indireta de prêmios pagos, gerando um subsídio da Companhia.

Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2019, e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

	2019	2018
Alterações nas obrigações		
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	621	581
Ajustes efetuados no exercício	-	40
(Ganhos) ou perdas atuariais	406	-
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	1.027	621
Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício	<u>(1.027)</u>	<u>(621)</u>

As obrigações estão apresentadas a seguir

	2019	2018
Plano de saúde	2.849	2.865
Seguro de vida	13	13
Circulante	2.862	2.878
Obrigações assistenciais líquidas	<u>1.027</u>	<u>621</u>
Não circulante	1.027	-
Total dos benefícios assistenciais	<u>3.889</u>	<u>3.499</u>

23.4 Programa de Demissão Voluntária

A Companhia estabeleceu em 2018 um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV). Os empregados interessados que atendiam às exigências do programa efetuaram suas inscrições e somente aderem ao Programa quando convidados a assinar o Termo de Adesão, assim suas rescisões são homologadas. Até a data-base de 31 de dezembro de 2019 já foram desligadas 370 pessoas.

Os incentivos do programa compreendem as verbas rescisórias, prêmio de 35% aplicados sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, assistência à saúde do empregado e de seu cônjuge e prêmio financeiro temporário que será pago durante 60 meses; anualmente, na data-base de maio, o PFT sofre atualização com base no INPC acumulado dos últimos 12 meses. A Companhia realiza o registro trimestralmente, a título de provisionamento da atualização pela variação do INPC acumulado do período. Conforme previsto no regulamento do programa, não é permitida a adoção de eventuais índices negativos.

Os valores de PDV classificados no passivo circulante e não circulante estão abaixo demonstrados. Nos montantes registrados estão os saldos referentes ao programa de 2018 e também o saldo pendente de pagamento do programa de 2013:

	2019	2018
Circulante	92.230	119.111
Não circulante	<u>205.328</u>	<u>251.991</u>
Total do Programa de Demissão Voluntária	<u>297.558</u>	<u>371.102</u>

24 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios, incluindo processos de naturezas cível, trabalhista e tributária. As provisões são registradas pela Companhia com base nos riscos e nos valores mensurados pela Procuradoria Jurídica ou pelo valor histórico das condenações. A classificação de risco utilizada pela Procuradoria Jurídica é baseada na jurisprudência dominante, que vem se formando em relação às ações sofridas pela Companhia ao longo do tempo. Atualmente, a matéria está disciplinada em norma interna da Companhia.

Essas provisões estão assim constituídas:

Natureza	2019			2018		
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas de depósitos judiciais	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas de depósitos judiciais
Cível	222.881	(168)	222.713	165.366	(1.024)	164.342
Trabalhista	57.364	(12.551)	44.813	65.500	(18.055)	47.445
Tributária	10.389	-	10.389	83.096	-	83.096
Total	<u>290.634</u>	<u>(12.719)</u>	<u>277.915</u>	<u>313.962</u>	<u>(19.079)</u>	<u>294.883</u>

A movimentação das provisões em 2019 e 2018 foram as seguintes:

	Cível	Trabalhista	Tributária	Total 2019
Saldo no início do exercício	165.366	65.500	83.096	313.962
Constituição de provisão	89.861	53.365	-	143.226
Reversão de provisão	(632)	(1.879)	(72.707)	(75.218)
Baixa por realização	(31.711)	(59.622)	-	(91.333)
Provisões - Consórcio Águas Lindas	(3)	-	-	(3)
Saldo no final do exercício	<u>222.881</u>	<u>57.364</u>	<u>10.389</u>	<u>290.634</u>

	Cível	Trabalhista	Tributária	Total 2018
Saldo no início do exercício	213.320	60.910	74.229	348.459
Constituição de provisão	45.711	27.414	8.867	81.992
Reversão de provisão	(46.222)	(9.874)	-	(56.096)
Baixa por realização	(47.327)	(12.950)	-	(60.277)
Provisões - Consórcio Águas Lindas	(116)	-	-	(116)
Saldo no final do exercício	<u>165.366</u>	<u>65.500</u>	<u>83.096</u>	<u>313.962</u>

24.1 Natureza cível

A Companhia é parte em 613 processos (816 em 2018) cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	2019		2018	
	Número de processos	Valor	Número de processos	Valor
Divergências com fornecedores e prestadores de serviços	60	140.512	93	94.067
Patrimônio/Desapropriações	21	60.633	12	44.887
Cobrança indevida de contas	457	16.677	607	18.959
Indenização	50	3.856	54	5.697
Outros	25	932	50	1.482
	613	222.610	816	165.092
Contingências Cíveis do consórcio Águas Lindas	32	271	32	274
Saldo no final do exercício		222.881		165.366

24.2 Natureza trabalhista

A Companhia figura como ré em 516 processos classificados como perdas prováveis (831 em 2018). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	2019		2018	
	Número de processos	Valor	Número de processos	Valor
Periculosidade	147	34.683	274	30.416
Progressão	37	3.822	89	13.930
Hora Extra	75	6.566	121	6.286
Desconto Salarial	83	2.143	81	2.338
Subsidiariedade	48	1.399	74	2.154
Danos Morais	3	1.017	14	1.803
Adicional Noturno	24	1.925	31	2.073
Acúmulo de função	3	788	8	584
Concurso público	47	773	45	767
Gratificação de Titulação	10	444	16	530
Outros	39	3.804	78	4.619
	516	57.364	831	65.500

24.3 Natureza tributária

A redução significativa na provisão é decorrente da baixa da provisão para IRPJ que a Companhia havia realizado em razão do processo judicial que discutia a imunidade tributária, uma vez que o processo teve o mérito transitado em julgado com sentença favorável à CAESB (conforme comentado na Nota Explicativa nº 13).

O valor provisionado refere-se à decisão judicial do Processo nº 14421-53-2016.4.01.3400, que discute a incidência de contribuições previdenciárias, e a processos administrativos vinculados a dois parcelamentos, conforme comentado na Nota Explicativa nº 13.

A CAESB obteve decisão que isenta o pagamento de contribuições previdenciárias incidentes sobre o adicional de 50% de férias e os primeiros 15 dias de auxílio-doença e auxílio-acidente pagos aos empregados, sendo constituída provisão de R\$ 8.282 até 31 de dezembro de 2019.

Quanto aos parcelamentos, o primeiro é relativo à multa aplicada pela não inclusão na GFIP dos valores correspondentes aos fatos geradores das contribuições previdenciárias não recolhidas no período de dezembro de 2002 a outubro de 2005, já o segundo refere-se aos valores das contribuições sociais destinadas a outras entidades e fundos, incidentes sobre os mesmos fatos geradores.

24.4 Passivos contingentes

A Companhia é ré em 432 processos de natureza cível e 84 processos de natureza trabalhista, considerados pela Procuradoria Jurídica como sendo de perda possível, por consequência não foram registrados contabilmente. Os processos de natureza passiva, classificados como de perda possível, representam o montante de R\$ 73.123, em 31 de dezembro 2019 (R\$ 34.575 em 31 de dezembro de 2018). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	Nº de processos	Valor
Passivos contingenciais cíveis		
Fornecedores e prestadores de serviços	10	55.022
Cobrança indevida de contas	367	6.844
Indenizações	31	1.516
Outros	24	4.881
Saldo no final do período	432	68.263
Passivos contingenciais trabalhistas		
Periculosidade	5	1.265
Acúmulo de Função	4	821
Desvio de Função	5	687
Concurso Público	25	444
Subsidiariedade	11	411
Reenquadramento	7	310
Desconto Salarial	8	181
Outros	19	741
Saldo no final do exercício	84	4.860
Passivos contingenciais totais	516	73.123

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Composição	2019			2018		
	Número	R\$	%	Número	R\$	%
Governo do Distrito Federal (GDF)	12.799.093.694	1.279.909	89,00	11.555.826.143	1.155.582	88,08
Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP	1.575.055.269	157.506	10,96	1.558.616.370	155.862	11,88
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP	5.092.072	509	0,04	5.092.072	509	0,04
Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB)	657	-	0,00	657	-	0,00
	14.379.241.692	1.437.924	100	13.119.535.242	1.311.953	100

O capital social, autorizado e realizado, é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

25.2 Reservas

A constituição da reserva legal está amparada pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76, que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Seu objetivo é assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A constituição de reserva estatutária demonstra a destinação do lucro após autorização da Assembleia dos Acionistas, para incorporar ao capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, não ficou valor registrado em reservas de lucros, pois o saldo foi absolvido para redução do prejuízo acumulado.

25.3 Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial corresponde aos ganhos e às perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1), conforme Nota Explicativa nº 23.2.

25.4 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 15.674 no exercício de 2019 (R\$ 99.389 em 2018), oriundo de repasse de recursos realizados pelo GDF, Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Novacap. Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível. As integralizações são referentes aos adiantamentos efetuados no exercício de 2017 e foram aprovadas na AGE realizada em 03 de dezembro de 2019. A movimentação nas contas de adiantamento para futuro aumento de capital foi a seguinte:

	TERRACAP	NOVACAP	GDF	Total
Saldo no início do exercício	5.151	121	220.089	225.361
Adição	-	-	15.674	15.674
Integralizações	(1.644)	-	(124.327)	(125.971)
Saldo no final do exercício	<u>3.507</u>	<u>121</u>	<u>111.436</u>	<u>115.064</u>

25.5 Dividendos

Conforme art. 17 do Estatuto Social Consolidado - 2019, cabe à Assembleia Geral deliberar acerca da distribuição de dividendos, estando garantido o mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento).

Em 31 de dezembro de 2019 não houve provisão de dividendos à pagar, haja vista o prejuízo acumulado apresentado.

26 Receitas

	2019	2018 (Reclassificado)
Serviço de Abastecimento de água		
Receitas faturadas	971.894	882.841
Receitas de Serviços não faturadas	4.928	3.975
Receitas de contingência (a)	54	(1.581)
Consórcio Águas Lindas	24.234	23.288
Receitas de Construção (b)	127.726	96.940
	<u>1.128.836</u>	<u>1.005.463</u>

Serviços de Esgotamento sanitário		
Receitas faturadas	805.487	723.737
Receitas de serviços não faturadas	3.937	3.629
Consórcio Águas Lindas	6.437	1.705
Receitas de construção (b)	83.751	68.302
	<u>899.612</u>	<u>797.373</u>
Receita operacional bruta	<u>2.028.448</u>	<u>1.802.836</u>
COFINS (c)	(67.846)	(124.715)
PASEP (c)	(14.687)	(27.002)
Concessão dos Serviços (d)	(65.439)	(57.735)
Deduções sobre as Receitas	(147.972)	(209.452)
Receita operacional líquida	<u>1.880.476</u>	<u>1.593.384</u>

a. Receitas de contingência

O mecanismo tarifário de contingência é a aplicação de um percentual adicional sobre a fatura correspondente ao serviço de abastecimento de água de cada unidade, de acordo com os percentuais dispostos no Anexo I da Resolução nº 17/2016 da ADASA, conforme a categoria da unidade usuária e considerando as tarifas vigentes, sendo mantido no resultado apenas o valor vinculado às despesas aprovadas em resolução específica.

b. Receita e custos de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de saneamento básico deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (II) toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim; e (III) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, o montante das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferido para o resultado, como receitas e custos de construção.

c. COFINS e PASEP

O regime de tributação das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foi alterado a partir do mês 03/2019 para a forma de apuração pelo regime cumulativo. A alteração ocorreu como consequência da ação judicial em que a Companhia obteve a declaração de que possui imunidade tributária na forma do art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal. Com a alteração do regime, a Companhia pretende economizar a quantia aproximada de R\$ 60 milhões por ano no recolhimento das contribuições e está trabalhando para gerar os créditos retroativos aos últimos cinco anos a serem registrados quando da confirmação inequívoca do seu recebimento.

d. Concessão dos serviços

O custo com concessão refere-se à remuneração paga ao poder concedente por meio de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

27 Custos dos serviços prestados

	2019	2018 (Reclassificado)
Custos do serviço de abastecimento de água	(644.720)	(522.490)
Custos do serviço de esgotamento sanitário	(457.088)	(440.149)
Total	(1.101.808)	(962.639)

27.1 Custos do serviço de abastecimento de água

	2019	2018 (Reclassificado)
Custo com pessoal	(237.605)	(199.260)
Custo com material	(24.170)	(19.120)
Custo com serviços de terceiros	(218.436)	(174.515)
Custos de contingência	208	(1.831)
Depreciação e amortização	(35.018)	(29.101)
Custos de construção (20-b)	(127.726)	(96.940)
Outros custos gerais	(1.973)	(1.723)
Total	(644.720)	(522.490)

27.2 Custos do serviço de esgotamento sanitário

	2019	2018 (Reclassificado)
Despesas de pessoal	(169.495)	(180.660)
Custos com material	(44.943)	(33.652)
Serviços de terceiros	(133.031)	(126.691)
Depreciação e amortização	(24.806)	(29.100)
Custos de construção	(83.751)	(68.302)
Outros custos gerais	(1.062)	(1.744)
Total	(457.088)	(440.149)

28 Despesas comerciais e de vendas

	2019	2018 (Reclassificado)
Despesas de pessoal	(82.003)	(84.995)
Serviços de terceiros	(18.427)	(19.489)
Despesas com material	(988)	(1.049)
Despesas gerais	(64)	(81)
Depreciação	(216)	(270)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(92.439)	(45.256)
Total	(194.137)	(151.140)

29 Despesas administrativas e gerais

	2019	2018 (Reclassificado)
Despesas de pessoal	(166.737)	(191.261)
Serviços de terceiros	(54.879)	(59.462)
Despesas com material	(8.257)	(3.863)
Despesas gerais (*)	2.492	(2.247)
Depreciação	(5.387)	(4.478)
Despesas demandas judiciais	(52.867)	10.618
Total	(285.635)	(250.693)

(*) No exercício de 2019 houve estorno de despesas legais, justificando, dessa forma a despesa invertida de 2.492.

30 Despesas tributárias

	2019	2018 (Reclassificado)
Impostos	(5.675)	(4.056)
Taxas e tarifas	(6.644)	-
Total	(12.319)	(4.056)

31 Outras Receitas/Despesas operacionais

	2019	2018 (Reclassificado)
Reversões de provisões	5.360	1.037
Multas, Indenizações e ressarcimentos diversos	112	2.216
Vendas de bens do ativo imobilizado	983	1
Aluguéis e taxas de ocupação	280	227
Outras receitas diversas	1.124	1.294
Recuperação de créditos tributários	44.835	-
Provisões judiciais (a)	(49.382)	9.498
Provisões diversas (b)	(49.230)	(25.425)
Indenizações a terceiros	(3.084)	(1.006)
Custo na baixa ou alienação de bem	(884)	(20)
Despesas com inativos (c)	(52.244)	(372.155)
Outras despesas diversas	(7.942)	(14.887)
Total	(100.072)	(399.220)

- a) Variação oriunda do aumento das provisões judiciais cíveis movidas, principalmente, por fornecedores e prestadores de serviços;
b) Variação decorrente do aumento das provisões de benefícios previdenciários e assistenciais;
c) A variação entre os períodos justifica-se pela contabilização das turmas de empregados que aderiram ao PDV – Programa de Desligamento Voluntário em 2018. No exercício de 2019 houve apenas uma turma de desligamento no mês de dezembro.

32 Receitas e despesas financeiras

	2019	2018 (Reclassificado)
Rendimento de aplicações financeiras	7.588	7.893
Receita de variação monetária e cambial	39.664	15.611
Receita de juros de faturamento	32.234	-
Ajuste a valor presente	2.782	-
Outras receitas financeiras	23.163	9.663

Receitas financeiras	105.431	33.167
Juros sobre financiamentos	(36.360)	(36.930)
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial	(14.847)	(15.515)
Juros e variação monetária sobre parcelamento tributário	(197)	(26)
Juros e variação monetária sobre parcelamento com fornecedores	(4.918)	(18.000)
Variação monetária e cambial	(43.407)	(44.113)
Outras despesas financeiras	(18.737)	(16.429)
Despesas financeiras	(118.466)	(131.013)
Resultado financeiro líquido (*)	(13.035)	(97.846)

(*) Variação no resultado financeiro decorrente do aumento das receitas financeiras, principalmente receita de juros sobre faturamento e variação cambial positiva;

33 Transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seus acionistas: Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), Terracap, Companhia de Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP e GDF (controlador), bem como com empresas/entidades relacionadas ao controlador. Essas transações não diferem das transações realizadas com terceiros nem possuem favorecimento. Descrevemos as operações relevantes ocorridas entre partes relacionadas, que não se restringem aos valores descritos no balanço patrimonial:

Saldos patrimoniais	Referência	2019	2018
Contas a receber - Bruto de clientes (Nota Explicativa 8)	(a)	71.105	123.698
Clientes – Consórcio Águas Lindas	(c)	6.224	4.357
Valores a receber de pessoal cedido (Nota Explicativa 11)	(b)	1.486	1.107
Ativo circulante		78.815	129.162
Investimentos - Corumbá e Metrô (Nota Explicativa 15)	(c)	19.699	19.478
Operação de mútuo - Corumbá Concessões (Nota Explicativa 11)	(d)	2.148	2.611
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(l)	67.169	81.721
Ativo não circulante		89.016	103.810
Saldos patrimoniais	Referência	2019	2018
Honorários de conselheiros	(f)	-	-
Contas a pagar à Terracap (Nota Explicativa 19)	(g)	1.467	1.262
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 20)	(h)	80.324	73.963
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(l)	9.963	4.875
Benefício a empregados	(i)	17.663	16.978
Passivo circulante		109.417	97.078
Contas a pagar à Terracap (Nota Explicativa 19)	(g)	30.106	30.461
Seguro de Vida - CAESO	(j)	723	621
Benefício a empregados	(i)	274.837	241.188
Passivo não circulante		305.666	272.270
Adiantamento para aumento de capital (Nota Explicativa 25.4)	(k)	115.064	225.361

Patrimônio líquido	115.064	225.361
---------------------------	----------------	----------------

Resultado	Referência	2019	2018
Despesa de programa de saúde	(i)	(41.518)	(43.242)
Contribuições ao plano de previdência	(i)	(21.421)	(24.014)
Resultado e equivalência de coligadas e controladas (Nota Explicativa 15)	(c)	220	3.007
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial (Nota Explicativa 23.2)	(i)	(14.847)	(15.514)
Juros e variação monetária sobre parcelamento - Terracap	(g)	(4.918)	(6.640)
Total		(82.484)	(86.403)

- (a) São os faturamentos, relativos a órgãos do GDF, emitidos até dezembro de 2019 e que não foram recebidos até a referida data-base.
- (b) As despesas com funcionários à disposição correspondem à despesa com colaboradores cedidos a outras instituições. Em relação aos valores a receber de pessoal cedido, estes são relativos ao não recebimento atinente à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.
- (c) Os montantes referem-se aos investimentos em coligadas que impactam o resultado através do reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial.
- (d) Refere-se a duas operações de mútuo com a coligada Corumbá Concessões S.A.
- (e) São os faturamentos do Consórcio Águas Lindas, emitidos até dezembro de 2019, e que não foram recebidos até a referida data-base.
- (f) O valor de honorários a conselheiros e diretores refere-se à remuneração do pessoal-chave da Administração que, por sua influência significativa na tomada de decisão da Companhia, foi considerada parte relacionada.
- (g) A CAESB adquiriu o terreno onde hoje está situada a sede da Companhia, da acionista Terracap. A aquisição foi parcelada com o incide juros nominais de 12% (doze por cento) ao ano e variação monetária mensal, corrigindo-se de acordo com a variação relativa do IGP-M/FGV, calculado de acordo com a variação *pro rata temporis die*.
- (h) Os empréstimos e financiamentos relacionados são os montantes devidos e vencidos à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF. As despesas referem-se a juros e correções dos valores devidos.
- (i) A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, operados e administrados pela Fundiágua. Sendo assim, as operações realizadas para manutenção desses planos, previdenciários e assistenciais, são consideradas transações entre partes relacionadas.
- (j) Refere-se ao benefício do seguro de vida, administrado pelo Clube CAESO.
- (k) Os valores para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos realizados pelo GDF, Terracap e pela Novacap, principalmente em obras de saneamento básico.
- (l) O valor registrado refere-se ao saldo a receber da consorciada Saneago referente ao desequilíbrio nos aportes dos Consórcios Corumbá e Águas Lindas. Persistindo o desequilíbrio quando do início da operação do Sistema Produtor de Água Corumbá, o Conselho Diretor do consórcio disciplinará em regulamento próprio os procedimentos e as regras para realização das compensações financeiras entre as partes, inclusive as penalidades por descumprimento. No tocante ao Consórcio Águas Lindas, o desequilíbrio vem sendo ajustado mensalmente, mediante repasses de recursos na proporção dos aportes realizados.

34 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos diretores, para os períodos de janeiro a dezembro de 2019 e 2018, foram de:

	2019	2018
Remuneração da Diretoria	2.382	3.994
Remuneração do Conselho	535	677
Remuneração total	2.917	4.671

35 Seguros

A Companhia possui contrato de seguro com a AXA Seguros S.A. para cobertura de seus principais ativos situados em áreas administrativas: Ed. Sede, Escritórios de atendimento, laboratório e almoxarifado central, localizadas em 16 endereços distintos, cujo prêmio desembolsado corresponde ao montante de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), com vigência de 365 dias a contar de 12/06/2019, para cobertura básica, incêndio, queda de raio e explosão e outras coberturas acessórias tais como impacto de veículos, queda de aeronaves, vendaval, furacão ciclone, tornado, roubo e furto, danos elétricos, dentre outros.

A Companhia também firmou contrato com a Sompo Seguros S.A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para administradores da CAESB (D&O – Directors and Officers) e extensões, com abrangência Nacional e Internacional e vigência do contrato por 365 dias a contar de 30/12/2019.

36 Gestão de riscos e classificação dos instrumentos financeiros

36.1 Gestão de riscos

A Companhia está exposta preponderantemente aos riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia adota políticas e procedimentos que visam a identificá-los, avaliá-los e gerenciá-los.

a. Risco de mercado

Ocorre quando o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutua devido às variações nos preços de mercado. Este engloba dois tipos: risco de taxa de juros e risco cambial.

Risco de taxa de juros

Ocorre quando o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutua devido às variações nas taxas de juros de mercado. Relaciona-se com a possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, que ocasionaria um aumento nas despesas financeiras, em decorrência das posições passivas dos contratos atrelados a taxas de juros flutuantes.

A exposição ao risco de mercado está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, renovações de posições

existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos relativos a empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar com risco de taxa de juros totalizam R\$ 444.877, sendo no circulante R\$ 90.866 e no não circulante R\$ 354.011, captados a taxas variáveis de juros e índices de atualização monetária (TR, CDI, IGP-M, INPC e Selic).

Índice de indexação	2019	2018
Taxa de Referência (TR)	181.020	210.508
CDI	71.446	120.591
Total de empréstimos e financiamentos	252.466	331.099
Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)	31.573	31.723
Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	159.998	165.061
Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic)	840	7.762
Total de outras contas a pagar	192.411	204.546
Total	444.877	535.645

A falta de correlação direta entre os índices de atualização monetária de seus passivos e das contas a receber também representa um risco para a Companhia, uma vez que os reajustes de tarifa de fornecimento de água e esgotamento sanitário não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas.

A Companhia acompanha, anualmente, com a ADASA as ações de reajustamento da tarifa, que visam à recuperação das perdas com a inflação. A cada quatro anos, essa mesma Agência Reguladora realiza a revisão tarifária, com o intuito de identificar os investimentos realizados, calcular sua remuneração e ajustar os cálculos dos custos operacionais.

Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade apresentada tem como objetivo demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de 12 (doze) meses, após 31 de dezembro de 2019, e mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

Para efeito da análise, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

2019														
Cenários de taxas de juros														
Cenário provável					Cenário possível (+25%)					Cenário remoto (+50%)				
CDI	TR	IGP-M	INPC	LIBOR	CDI	TR	IGP-M	INPC	LIBOR	CDI	TR	IGP-M	INPC	LIBOR
4,50%	0%	7,32%	4,48%	3,24%	5,63%	0,25%	9,15%	5,60%	4,05%	6,75%	0,50%	10,98%	6,72%	4,86%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo ou, ainda, ao valor presente desses ativos e passivos.

Descrição	Indexador	Exposição (saldo devedor)	Provável (juros a incorrer)	+25% (juros a incorrer)	+50% (juros a incorrer)
Ativos					
Mútuo Corumbá Concessões 2016	IGP-M	994	148	158	169
Mútuo Corumbá Concessões 2017	CDI	1.154	40	51	61
Passivos					
Empréstimos	CDI	61.926	(3.710)	(4.182)	(4.607)
Financiamentos	TR	181.020	(14.111)	(17.639)	(21.167)
Financiamentos	LIBOR	471.123	(19.148)	(23.716)	(28.283)
Financiamento TERRACAP	IGP-M	31.573	(3.717)	(4.647)	(5.576)
Dívida FUNDIÁGUA	INPC	159.998	(9.022)	(9.041)	(9.059)
Efeitos no resultado			<u>(49.520)</u>	<u>(59.016)</u>	<u>(68.462)</u>

b. Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco. Os passivos financeiros expostos ao risco cambial (empréstimo com o BID) totalizam:

	2019	2018
Passivo circulante	46.779	19.951
Passivo não circulante	<u>527.532</u>	<u>393.404</u>
Total	<u>574.311</u>	<u>413.355</u>

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

O cenário I, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses, considerando a projeção do Dólar. Com todas as outras variáveis mantidas constantes, estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos para os próximos 12 meses de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2019			
(passiva) em US\$	(*) 142.484	142.484	142.484
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2019	4,0307	4,0307	4,0307
Taxa cambial estimada conforme cenário	<u>4,0500</u>	<u>5,0625</u>	<u>6,0750</u>
Diferença entre as taxas	(0,0193)	(1,0318)	(2,0443)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$	(2.750)	(147.015)	(291.280)

- (*) Para o cenário provável em Dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2020, conforme relatório Focus-Bacen de 17 de janeiro de 2020.

c. Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros.

A Companhia tem esses riscos minimizados em decorrência da pulverização de seus clientes e da diversificação de seus agentes arrecadadores, sendo esses últimos avaliados pelo seu *rating* de mercado.

c.1 Recebíveis

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, aos controles e às políticas estabelecidos pela Companhia, que possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais em caso de inadimplência.

Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes segmentados nas categorias de consumo: residencial normal, residencial popular, tarifa irrigação, comercial, pública e industrial, o que minimiza o risco de crédito, além de procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente garantidos pelas provisões que fazem frente contra eventuais perdas em sua realização, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas conforme CPC 48. Para que a provisão reflita as eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de formas individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário, e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, e entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento e outras.

c.2 Aplicações financeiras

O risco está relacionado à possibilidade de computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza esses riscos mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado.

Os agentes financeiros são diversificados devido às características das operações da Companhia, conforme abaixo:

	2019	2018
Moeda em espécie	4	2
Bancoob/Cecredif	271	186
BB e CEF	72.250	41.173
Itaú e Bradesco	1.409	1.097
BRB	252.817	183.306
Citybank, Banco SAFRA, Mercantil e Santander	281	178
Total	327.032	225.942

d. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende, principalmente, do caixa gerado pelas atividades operacionais, de empréstimos de instituições financeiras e de financiamentos nos mercados locais e internacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio do fluxo de caixa projetado, ferramenta de planejamento de liquidez que analisa e projeta as entradas e as saídas de recursos.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

36.2 Classificação dos instrumentos financeiros e derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

Descrição	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
	2019	2018
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	311.278	190.866
Contas a receber	426.535	446.181
Outros créditos a receber	165.296	169.669
Total	903.109	806.716
Passivos financeiros		
Fornecedores	375.086	340.248
Empréstimos e financiamentos	907.101	818.416
Total	1.282.187	1.158.664

Outras informações - Associação das Pioneiras Sociais - APS

Acordo judicial celebrado entre a CAESB e a Associação das Pioneiras Sociais, homologado nos autos do Processo 0706727.15.2017.8.07.0018 referente à conversão do valor acordado (R\$ 22.676) em 919.178 metros cúbicos a ser concedidos como crédito nas inscrições de titularidade da APS, logo o volume de água das unidades da APS será medido mensalmente pelas rotas regulares de medição da CAESB e emitida uma fatura mensal para cada unidade, com o correspondente crédito do valor faturado pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, fazendo com que a conta para pagamento seja zero, até o completo adimplemento do volume total a ser faturado.

37 Negócios em conjunto

37.1 Consórcio Águas Lindas

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram, em conjunto, em 7 de abril de 2003, o Consórcio de Águas Lindas, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lotes 36 a 38, Salas 01 a 04, município de Águas Lindas de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as companhias consorciadas.

O consórcio tem por objeto e finalidade específicos traçar as diretrizes principais para a efetivação dos estudos, das análises e das providências para a exploração econômica, mediante implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e todos os seus processos, incluindo implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Lindas de Goiás/GO.

O Contrato de Constituição do Consórcio estabelece a proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada consorciada e designa a Saneago como líder, por ser a empresa mais antiga e pela localização territorial do Município de Águas Lindas de Goiás, logo os ativos vinculados ao Consórcio são amortizados com as mesmas taxas utilizadas na Saneago.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela Diretoria de Gestão Corporativa da consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentados em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

O Consórcio obedece ao estabelecido pela Lei nº 6.404/76 e, conforme enunciado, no parágrafo 1º do art. 278, as partes obrigam-se apenas às condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2019, foi efetivado o processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Águas Lindas, e os valores referentes aos ativos, passivos e contas de resultado foram registrados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com um direito a receber da Saneago de R\$ 5.070.

Equalização do fundo de participação:

	Consórcio 31/12/2019	50% de Participação 31/12/2019	Investimento CAESB 31/12/2019	Valor a pagar/receber da Saneago
Ativo circulante	15.628	7.814	6.740	(1.074)
Ativo não circulante	183.967	91.983	98.127	6.144
Passivo circulante	19.271	9.635	9.635	-
Passivo não circulante	542	271	271	-
Patrimônio Líquido	157.522	78.761	83.831	5.070
Receita	62.160	31.080	31.080	-
Despesa	(39.900)	(19.950)	(19.950)	-

Consolidação do exercício:

	2019	2018
Ativo circulante	6.740	4.012
Ativo não circulante	98.127	81.283
Passivo circulante	9.635	2.395
Passivo não circulante	271	274
Patrimônio líquido	83.831	77.705
Receita	31.080	25.494
Despesa	(19.950)	(20.573)

37.2 Consórcio Corumbá

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram em 17 de setembro de 2009 o Consórcio Corumbá, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período.

O Consórcio Corumbá tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá, localizado nos municípios de Luziânia e de Valparaíso de Goiás. Em razão de sua natureza contratual e objetivos específicos de sua constituição, o Consórcio não poderá, diretamente, fornecer água tratada ou prestar quaisquer outros serviços em seu campo de atuação para terceiros, e todas as suas operações ficarão vinculadas às partes consorciadas.

Conforme cláusula do contrato de constituição, a totalidade da produção do negócio será destinada ao fornecimento às partes. Isto indica que as partes têm direitos sobre substancialmente a totalidade dos benefícios econômicos dos ativos do negócio.

Em 31 de dezembro de 2019, foi efetivado o processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Corumbá, e os valores foram ajustados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com um direito a receber da Saneago de R\$ 51.114.

Os valores registrados, referentes às informações do Consórcio Corumbá, estão a seguir demonstrados:

Equalização do fundo de participação:

	Consórcio 31/12/2019	50% de Participação 31/12/2019	Investimento CAESB 31/12/2019	Valor a pagar/receber da Saneago
Ativo circulante	-	-	-	-
Ativo não circulante	409.400	204.700	256.255	51.555
Passivo circulante	1.996	998	(557)	(441)
Passivo não circulante	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	407.404	203.702	254.816	51.114
Receita	-	-	-	-
Despesa	-	-	-	-

Consolidação do exercício:

	2019	2018
Ativo não circulante	256.255	246.954
Passivo circulante	998	2.518
Patrimônio líquido	255.257	244.436

38 Eventos subsequentes

38.1 Nova Estrutura Tarifária

Foi aprovada pela Diretoria da ADASA e publicada no DODF nº 228, de 02 de dezembro de 2019 a nova estrutura tarifária da CAESB. Esta, com a aprovação da Lei 6.427 em 19 de dezembro de 2019 pela Câmara Legislativa do DF, passará a vigorar a partir de junho de 2020.

Com a alteração da estrutura tarifária não haverá mais a cobrança do consumo mínimo de 10 m³/mês, sendo instituída uma tarifa bipartida, contendo uma parte fixa, igual para todos os usuários de cada categoria, e outra variável proporcional ao consumo.

As categorias de faturamento foram alteradas de Residencial Normal, Residencial Popular, Comercial e Pública, Irrigação e Industrial para Residencial Padrão, Residencial Social, Não – Residencial Comercial, Industrial e Pública e Não – Residencial Paisagismo (Irrigação). Um dos pontos mais importantes da alteração da estrutura tarifária é a implantação da categoria Residencial Social, que deverá beneficiar mais de 70 mil famílias, que são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esta categoria tem um subsídio de 50% na parte fixa da tarifa e 50% na parte variável da tarifa, em relação as tarifas da categoria Residencial Padrão, para consumos até 30 m³. Consumos acima de 30 m³ não serão subsidiados, pagando a tarifa da categoria Residencial Padrão.

As faixas de consumo também foram alteradas, sendo que no caso das categorias Não – Residenciais as duas faixas de consumo atuais foram abertas em cinco faixas, conforme apresentado na tabela abaixo, contida no Anexo VII da Resolução Adasa nº 12/2019.

Categoria	Faixa de Consumo (m³)	Parte Fixa (R\$)	Parte Variável (R\$/m³)
Residencial	0 a 7	R\$ 8,00	R\$2,99
	8 a 13		R\$3,59
	14 a 20		R\$7,10
	21 a 30		R\$10,66
	31 a 45		R\$17,05
	Acima de 45		R\$23,87
Residencial Social	0 a 7	R\$ 4,00	R\$1,49
	8 a 13		R\$1,79
	14 a 20		R\$3,55
	21 a 30		R\$5,33
	31 a 45		R\$17,05
	Acima de 45		R\$23,87
Não - Residencial (Comercial, Industrial e Pública)	0 a 4	R\$ 21,00	R\$6,14
	5 a 7		R\$7,68
	8 a 10		R\$9,98
	11 a 40		R\$12,48
	Acima de 40		R\$14,97
Irrigação	0 a 4	R\$ 31,50	R\$9,21
	5 a 7		R\$11,52
	8 a 10		R\$14,97
	11 a 40		R\$18,72
	Acima de 40		R\$22,46


Com a alteração da estrutura tarifária, a Caesb enfrentará riscos de redução de consumo nas faixas acima de 7 m³, que terão aumentos médios nas faturas na ordem de 29%, no caso da categoria Residencial Padrão, e de 5%, no caso das faturas das categorias Não – Residenciais. Esses aumentos também aumentarão o risco de inadimplência desses usuários.

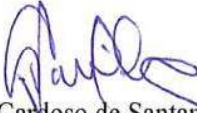
Importante salientar que a nova estrutura altera a proporção entre a Receita Fixa e a Receita Variável. Hoje a Receita Fixa equivale a 44,39% da Receita Total e a nova estrutura altera este percentual para 11,3%, quando consideramos a cobrança do mínimo de 10 m³ atuais equivalente à cobrança da parcela fixa proposta.

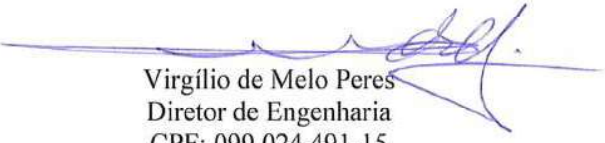
Isso faz com que o faturamento da Companhia fique mais suscetível às alterações de mercado, que não necessariamente estarão relacionadas apenas à disponibilidade hídrica do DF, mas também às oscilações no cenário macroeconômico e político.

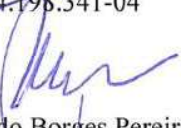
Para a alteração da estrutura tarifária, a ADASA considerou que o reflexo no faturamento total da Companhia deveria ser nulo uma vez que o valor da Receita Requerida deve ser mantido. Caso haja perda de faturamento, de forma que a Receita Requerida definida nos processos regulatórios não seja obtida, a Caesb poderá solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária para reajustar as tarifas até o nível que traga novamente o equilíbrio do Contrato de Concessão.


* * *

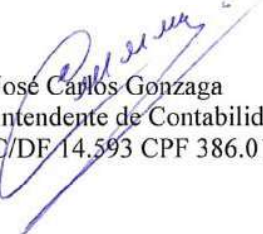

Daniel Beltrão de Rossiter Corrêa
Presidente
CPF: 724.996.564-68


Pedro Cardoso de Santana Filho
Diretor Financeiro e Comercial
CPF: 364.198.341-04


Virgílio de Melo Peres
Diretor de Engenharia
CPF: 099.024.491-15


Carlos Eduardo Borges Pereira
Diretor de Operação e Manutenção
CPF: 287.149.621-87


Roberta Alves Zanatta
Diretor de Suporte ao Negócio
CPF: 977.532.039-91


José Carlos Gonzaga
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 14.593 CPF 386.015.911-91